

# Novo prazo para a Carta é 15 de maio

Caso a Constituinte permaneça reunida todos os dias — inclusive aos sábados e domingos — votando os 1601 destaques de emendas que ainda faltam a serem apreciados nos títulos restantes, a previsão é de que os trabalhos se encerrem por volta do dia 15 de maio próximo, contrariando desejo expresso do presidente Ulysses Guimarães de entregar o novo texto constitucional no dia 21 de abril. Faltam nada menos que 485 votações a serem realizadas.

A projeção foi elaborada pela 2ª Secretaria da Mesa Constituinte, tendo recebido assessoria da Comissão de Sistematização. O registro cronométrico teve como ponto de partida o dia 3 de fevereiro último, quando entrou em funcionamento efetivo o painel eletrônico de votação. O quadro demonstra ainda que serão necessárias 306 horas de trabalho constante, além de estabelecer a fluidez alcançada a partir da constatação de Ulysses Guimarães, de que "levaria os trabalhos na marra". A comparação das atividades nos meses de fevereiro e março mostram que em 26 dias de fevereiro foram realizadas 18 sessões contra nove sessões acontecidas em apenas nove dias no mês de março.

## Deputado quer punir faltosos

O senador ou deputado que deixar de comparecer a três sessões consecutivas ou cinco alternadas será suspenso do mandato por 10 dias, com perda de subsídios, sendo automaticamente convocado o suplente e, a reincidência implicará na perda do mandato. Isso poderá ocorrer caso o projeto apresentado pelo deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) seja aprovado pelo Congresso Nacional.

Ele apresentou ontem esse projeto à Mesa da Constituinte e justificou que a Assembleia precisa do apoio e da confiança da sociedade, o que não será possível enquanto persistir o clima de impunidade sobre os faltosos. Lembrou que diversas denúncias são feitas, não só pela imprensa, como na própria tribuna da Constituinte, como foi o caso do deputado Delgado (PT-MG) que apresentou uma relação de 19 parlamentares que não costumam frequentar as sessões.

Vilela considera mais importante o aspecto ético da questão, uma vez que o parlamentar é um servidor público e não pode faltar ao cumprimento dos deveres básicos de assiduidade, pontualidade e eficiência.



Archer: esperando para definir se sai

## Archer também espera mandato para se definir

O ministro Renato Archer só deverá tomar a decisão de deixar o Ministério da Previdência depois que a Constituinte tiver adotado uma decisão a respeito da forma de governo e duração do mandato do Presidente da República, conforme informações liberadas por alguns dos seus amigos do PMDB, particularmente da bancada maranhense.

Renato Archer ficou em posição notoriamente difícil a partir do momento em que o presidente José Sarney não acolheu nenhuma das três indicações que fez para substituir Ezio Cordeiro na presidência do Inamps. O nome mais forte era o do médico e ex-deputado José Maria Magalhães, mas foi excluído quando o governador de Minas disse que aquele político era seu liderado.

Sarney logo explicou que não poderia nomear um novo superintendente do Inamps que não saísse de sua própria mão. Para agravar essa situação, o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, atribuirá a

si mesmo papel preponderante na operação que resultou na derrubada de Ezio Cordeiro da Superintendência do órgão.

Formalmente, Archer não admite falar a respeito de saída do Ministério, mas conversa com os políticos de suas relações sobre sua falta de condições para permanecer no cargo em face à não aceitação segundo esses amigos do ministro da Previdência, ele julga inoportuno fazer qualquer comentário a respeito.

— O Renato não pode falar. Ele está na muda — dizia um desses de seus amigos.

Archer considera que está cumprindo missão importante que lhe foi delegada por Sarney, quando executa o programa de descentralização dos serviços prestados pela Previdência Social no Brasil. Ainda ontem, ele conferenciava com técnicos do Ministério da Fazenda sobre os problemas dos aposentados.

Sua posição no Ministério é no entanto considerada difícil depois da queda do superintendente do Inamps.

## Senado convoca ministros

O ministro da Fazenda Majlson da Nóbrega, e da Administração, Aluizio Alves, serão convocados pelo Senado para explicarem a divergência existente no governo em relação ao pagamento da URP aos servidores da administração direta e indireta.

Como até o momento não atendeu convite de comissão especial, o ministro Majlson da Nóbrega terá de expor, também, as gestões sobre a dívida externa. Além do pagamento da URP aos servidores, ele será interrogado sobre a política salarial do governo.

A aprovação do requerimento de convocação, para o qual será requerida hoje pedido de urgência, depende, no entanto, de ser votada a Ordem do Dia, que está sendo obstruída por causa do

pedido de licença para o presidente da República viajar ao exterior. O requerimento, como está assinado por todos os líderes, tem aprovação garantida, desde que haja número para a Ordem do Dia.

A convocação dos ministros Majlson e Aluizio Alves foi baseada em entrevista concedida por este último ao Estado de S. Paulo, no último dia 13, em que declara ter havido, de 1º de janeiro de 1986 a 31 de dezembro de 87, uma defasagem salarial dos servidores entre 80% a 110%. Afirma, também, que com o pagamento da URP a folha de pagamento chegou a 40% da receita líquida do governo, enquanto Majlson da Nóbrega diz que é de 70%, e houve um aumento real de 20% no ganho dos servidores.

## ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE

